



# Conselho Nacional de Justiça

**CONSULTA N.º 200910000062118**

**RELATOR : CONSELHEIRO JEFFERSON KRAVCHYCHYN**

**CONSULENTE : JOÃO MAURO BESSA**

**ASSUNTO : TJMA - SERVIDORA - CARGO - ASSISTENTE GABINETE  
- PARENTESCO - CARGO DIREÇÃO - CORDENADORA  
UNIDADE SERVIÇO SOCIAL NÚCLEO DAS VARAS DE  
FAMÍLIA TJMA - RESOLUÇÃO 7/CNJ - SÚMULA  
VINCULANTE 13/STF - NEPOTISMO**

## **A C Ó R D ã O**

**CONSULTA. NEPOTISMO. SERVIDORA. CARGO COMMISSIONADO EM GABINETE DE DESEMBARGADOR. NÃO CONCURSADA. EXISTÊNCIA DE PARENTESCO EM TERCEIRO GRAU COM OCUPANTE DE CARGO DE DIREÇÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA DO JUDICIÁRIO LOCAL. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO HIERÁRQUICA. INAPLICABILIDADE DA EXCEÇÃO PREVISTA NO § 1º DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 07. INCOMPATIBILIDADE VERIFICADA. PRECEDENTES.**

- Configura prática de nepotismo a nomeação de servidora ocupante de cargo comissionado, que possua parente em terceiro grau exercendo cargo de direção no mesmo Tribunal, ainda que ausente a subordinação hierárquica.

- A verificação da relação hierárquica fica restrita aos casos em que ocorrem nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, o que difere da questão pautada.

- Consulta respondida positivamente.

**VISTOS,**

Trata-se de consulta formulada por João Mauro Bessa, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, atualmente na 1ª Câmara Criminal, na qual questiona a incompatibilidade decorrente de nepotismo, em relação à servidora Priscila Prestes

Carreira em virtude de sua tia, Ednaide Maria Martins Prestes, ocupar cargo de Coordenadora da Unidade de Serviço Social do Núcleo de Conciliação nas Varas de Família.

A consulente relata que no intuito de compor seu gabinete procedeu a escolha de currículos de pessoas interessadas em preencher a vaga de Assistente de Gabinete, uma vez que nenhum servidor do quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas se enquadrava no perfil desejado.

Informa que foram realizadas entrevistas com os interessados, tendo, ao fim sido escolhida Priscilla Prestes Carreira para ocupar o cargo vago, uma vez que dentre os candidatos esta apresentava o perfil mais condizente com a área criminal, pois cursou especialização em Direito Penal e Processual Penal, ademais, foram feitas boas referências por parte de magistrada com quem a servidora estagiou.

O consulente aduz que a servidora registrou que possui uma tia (parente em 3º grau) que ocupa cargo de direção na 1ª Instância do Poder Judiciário Amazonense, no Cargo de Coordenadora da Unidade de Serviço Social do Núcleo de Conciliação das Varas de Família, e que não há qualquer subordinação hierárquica entre o referido cargo e os do gabinete do consulente, sendo que o primeiro trata de atividade-meio e o segundo atividade-fim

É o relatório.

Voto:

Em que pese o evidente interesse individual do consulente, a quem concerne sanar dúvida própria, entendo que a consulta deve ser respondida por haver interesse público no combate ao nepotismo bem como por levantar questão certamente causadora de questionamentos em outros órgãos do judiciário pátrio.

Importa para a configuração do nepotismo, dentre outras causas, o dado objetivo da existência de vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau entre o servidor em exercício de cargo em comissão ou função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, com os respectivos membros ou juízes vinculados. Na situação ora em análise há vínculo de parentesco entre a servidora Priscila Prestes Carreira e sua tia, Ednaide Maria Martins Prestes, Coordenadora da Unidade de Serviço Social do Núcleo de Conciliação nas Varas de Família.

A questão fundamental está na possibilidade de aplicar-se à situação exposta a exceção prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 07 do CNJ:

“Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

[...]

III - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

[...]

§ 1º Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, **admitidos por concurso público**, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado ao magistrado ou servidor determinante da incompatibilidade.” (grifou-se)

Da atenta leitura do dispositivo supra extrai-se que a excepcionalidade dá-se somente para os servidores admitidos por concurso público não abrangendo indistintamente todos os servidores no exercício de carreiras jurídicas.

O Enunciado Administrativo nº 01/2006, que estabelece critérios para a caracterização do nepotismo, dispõe em seu item “I” que: *“Para os fins do disposto no inciso III do art. 2º da Resolução nº 07, considera-se como situação geradora de incompatibilidade aquela em que haja relação de subordinação hierárquica.”*

Em que pese o caráter elucidativo conferido ao aludido Enunciado, este não pode suplantiar o texto trazido na Resolução nº 07, tampouco conferir interpretação contrária à anteriormente prevista.

Não há que se considerar o bom currículo da servidora nem mesmo o fato de que sua formação está em consonância com a atividade desempenhada no gabinete do consultante, as regras restritivas nesse desígnio superam as demais questões fáticas.

Além disso, a mais recente decisão acerca do tema, de relatoria do Conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira, o qual foi acompanhado por maioria em sessão plenária, definiu:

CONSULTA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. NEPOTISMO. CASO CONCRETO. ARTIGO 89 DO RICNJ. ATO ADMINISTRATIVO PASSÍVEL DE CONTROLE. RECEBIMENTO DO FEITO COMO PROCEDIMENTO DE

CONTROLE ADMINISTRATIVO. SERVIDOR NÃO CONCURSADO, OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO, FILHO DE SERVIDORA CONCURSADA. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO. HIPÓTESE NÃO ALCANÇADA PELA RESSALVA DO § 1º DO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO 7/CNJ. A possibilidade de desincompatibilização pela não-subordinação hierárquica apenas diz respeito àquelas nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, o que não é o caso ora em questão. Precedente. Procedimento que se conhece e se julga improcedente. (CONS 200910000024828 – Relator: Conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira – Julgado na 95ª Sessão Ordinária em 24/11/2009).

Ante o exposto, respondo positivamente à consulta, no sentido de que a contratação de Priscila Prestes Carreira pelo consultante configurará prática de nepotismo, vedada no âmbito do Poder Judiciário por meio da Resolução nº 7/2005, do Conselho Nacional de Justiça bem como pela Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 1º de dezembro de 2009.

**Conselheiro JEFFERSON KRAVCHYCHYN**  
**Relator**